



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da força de trabalho

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

DANIELA LOPES DE ANDRADE¹

RESUMO

O intuito do artigo é apresentar uma reflexão teórica acerca das mudanças implantadas pela reestruturação produtiva do capitalismo no trabalho e para a profissão do Serviço Social, haja vista que, está inserida na divisão social e técnica do trabalho e sofre os mesmos rebatimentos corrosivos aos direitos trabalhistas, as mudanças gerenciais e a agudização da precarização das condições de trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho. Mudanças no Trabalho. Serviço Social. Condições de Trabalho. Precarização.

ABSTRACT

The purpose of the article is to present a theoretical reflection on the changes implemented by the productive restructuring of capitalism at work and for the profession of Social Service, given that it is inserted in the social and technical division of work and suffers the same corrosive impacts on labor rights, management changes and the worsening of precarious working conditions

Keywords: Work. Changes at Work. Social Service. Working conditions. Precariousness

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão teórica sobre as condições de trabalho das/os assistentes sociais, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho a partir da crise estrutural do capital de 1970. Para tanto, expõe-se como estão interrelacionadas as crises do capital e seu processo de reestruturação produtiva com as mudanças nas formas de

¹ Universidade Federal do Pará

organização e gestão do trabalho, os retrocessos aos direitos sociais e trabalhistas, as intensas desigualdades sociais e a destruição da natureza.

Assim, apresenta-se como as/os profissionais de Serviço Social também vivencia os rebatimentos da precarização e degradação dos direitos em suas condições e relações de trabalho, as quais são marcadas pela desvalorização salarial, desemprego estrutural, intensificação do trabalho em seus espaços sócio-ocupacionais, bem como, pelas implicações na qualidade do trabalho profissional que é demandado cada vez mais a reproduzir a racionalidade burguesa em detrimento do compromisso afirmado pela profissão no seu projeto ético-político.

Para a construção deste estudo utilizou-se como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético, considerando que este esclarece a realidade social em sua essência constituída historicamente e refletida em sua totalidade. Segundo Ianni (2011, p. 399) “Todo o pensamento de Marx está posto na perspectiva crítica, isto é, crítica no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso”. Nesse sentido, compreende-se que se faz de extrema necessidade realizar um estudo embasado em uma profunda reflexão, para que se possa chegar a verdadeira natureza do objeto, ou seja, a sua essência.

Para alcançar o objetivo desse artigo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base na literatura acerca do tema, artigos científicos, monografias, dissertações e teses, bem como pesquisa documental, a partir de documentos que revelam como se efetivam as condições de trabalho de assistentes sociais no Brasil cuja conjuntura sociopolítica e econômica dos últimos anos é marcada por medidas ultra neoliberais e o aprofundamento da exploração do trabalho.

O artigo está estruturado nesta introdução, seguida de três seções e das considerações finais. Na primeira seção apresenta-se uma breve consideração acerca da categoria de trabalho, seu sentido positivo de emancipação humana e o negativo de reduzir-se em trabalho alienado, estranho e explorado no sistema capitalista. Na segunda seção expõe-se como o capital se reestrutura em períodos de crises, agindo contra os direitos sociais e trabalhistas, operando mudanças na forma de organização e gestão do trabalho. Na terceira seção, aponta-se, a partir de pesquisas realizadas, as condições de trabalho de assistentes sociais, as quais independente dos espaços sócio-ocupacionais, pois enquanto profissionais que vendem a sua força de trabalho, vivenciam condições precarizadas de trabalho como qualquer outro/a trabalhador/a. Por fim, encontram-se as considerações finais e referências utilizadas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2. O trabalho como categoria central de análise: Notas introdutórias

A categoria *trabalho* é central na obra marxiana, sendo compreendida como uma categoria ontológica do ser social, ou seja, responsável pela socialização e desenvolvimento do homem como ser social, dotado de consciência, linguagem e valores. Compreende-se, assim, que é através do trabalho que os homens e as mulheres transformam a natureza e a si mesmos no processo histórico em busca da satisfação de suas necessidades vitais, sendo esta atividade que diferencia o ser humano de outros seres da natureza, pelo seu caráter teleológico em planejar na consciência, o que se intenta executar para atingir determinada finalidade; produzir valores de uso, satisfazer necessidades humanas naturais e básicas e de valor simbólico ou estético. Disto deriva, a famosa passagem marxiana que diferencia o pior arquiteto da abelha, posto que a última realiza a colmeia instintivamente (Marx, 2023, p. 327).

Sendo assim, Marx (2023, p. 167) afirma que:

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.”

Registra-se, ainda, uma segunda concepção de trabalho na obra marxiana que se insere na compreensão da Economia Política no modo de produção capitalista - MPC, na qual o trabalho passa a ser subordinado ao capital, enquanto elemento responsável por produzir valor, isto é, mais-valia. O MPC como sistema econômico, político e social é fundamentado na propriedade privada dos meios de produção e na divisão social do trabalho com a finalidade de gerar lucro e acumulação de riquezas através da exploração da força de trabalho, no sentido que a classe trabalhadora expropriada dos meios necessários para produzir a sua vida, necessita vender a sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção em troca de um salário.

Entende-se, assim, que há duas classes, neste modo de produção: os burgueses, donos dos meios de produção e os proletários (trabalhadores) que vendem sua força de trabalho para produção de mercadorias, riqueza social. No MPC, o trabalho deixa de ser uma atividade criadora e livre para ser uma atividade alienante e estranha ao trabalhador; pois vender sua força de trabalho é imperativo à classe trabalhadora para sua reprodução, sua existência.

Primeiro, que o trabalho é *exterior* ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua essência, que, portanto, ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua *physis* e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinte junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, **trabalho forçado**. Por conseguinte, não é satisfação de uma necessidade, mas somente um **meio** para satisfazer necessidades fora dele. (Marx, 1989, p. 155)

O trabalho é, assim, exterior ao homem que não possui controle dos processos de trabalho e a propriedade dos meios de produção, o que implica no caráter de estranhamento (alienação) do trabalho. O trabalho desempenhado pelo ser humano no MPC é trabalho *abstrato*, destinado para produção de valor de troca, não para satisfação de necessidades humanas (valor de uso), mas para acumulação de capital e o trabalhador, como dito anteriormente, sendo mercadoria é *assalariado*, vende sua força de trabalho, pois só assim consegue satisfazer suas necessidades vitais.

Verifica-se, então, que o trabalho nesta nova configuração de produção é sinônimo de sofrimento para a classe trabalhadora e alegria para a classe burguesa que como proprietária da força de trabalho, também é do produto resultante do seu trabalho. Diante disto, o/a trabalhador/a torna-se cada vez mais miserável (ausência de felicidade, de acesso ao conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade), ao mesmo tempo que produz valor e riqueza, mas não pode usufruir de tal produção coletiva (no sentido de acesso ao conhecimento científico, cultural, artístico da produção humana) (Marx, 1989).

Atualmente, o modo de produção capitalista encontra-se globalizado, mundializado e dominado sob a forma de capital financeiro e rentista², no qual o trabalho, apesar de ser a mercadoria geradora de valor, é reduzido, enquanto trabalho vivo, através do investimento em conhecimento técnico-científico ao processo produtivo, incorporando tecnologias que diminuem a presença necessária da força de trabalho, bem como exige-se a intensificação do trabalho dos/as trabalhadores/as, que permanecem no processo produtivo pela polivalência. Além disso, em períodos de crises do capital, inerentes ao movimento do capital, este se reorganiza com o objetivo de elevar sua taxa de lucro a partir de uma série de ofensivas ao trabalho, aprofundando a exploração da força de trabalho e sua precarização.

² Carcanholo e Nakatani (2015) chamam de capitalismo especulativo parasitário; Chesnais (1996) de mundialização do capital. Com nomenclaturas diferentes para explicar a atual fase do capitalismo no qual o capital portador de juros/fictício/ financeiro predomina sobre o capitalismo industrial.

3. Crises do capital, reestruturação produtiva e suas repercussões no mundo do trabalho

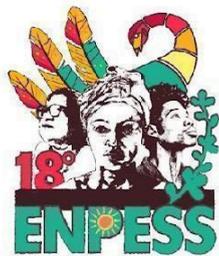
No final de 1960 e início de 1970, após um longo período de auge no acúmulo de capitais, o capital passou a enfrentar uma contínua fase de decréscimo da taxa de lucro, uma crise sem precedentes, que é classificada por Mészáros (2002) como crise estrutural do capital, manifesta em quatro aspectos: *universal*, por atingir todas as formas de produção e de trabalho; *global*, por possuir alcance em todos os países, de duração *permanente*, e seu desdobramento ser *rastejante*. Sendo estas as características percebidas desde a crise do padrão de acumulação de 1970, chamada de padrão de acumulação fordista/taylorista.

Como meios e estratégias para dar respostas a referida crise, o capital passa a se utilizar de diversos mecanismos visando recuperar o seu ciclo reprodutivo, bem como reafirmar seu projeto de dominação social, mediante o processo conhecido como reestruturação produtiva do capital o qual repercutiu profundamente no mundo do trabalho (Antunes, 1999). Dessa maneira, ocorreram profundas mudanças no modelo de gestão e controle da força de trabalho e no seu sistema político e ideológico, através do neoliberalismo que combinado com os organismos multilaterais formularam um “receituário neoliberal” a ser implementado pelos Estados nações.

Neste contexto, as principais alterações para o mundo do trabalho, pelo novo padrão de acumulação denominado Toyotista, de acumulação flexível, foram a desregulamentação das legislações trabalhistas, com contratos de trabalho temporários, terceirização das atividades e dos trabalhadores, aumento da jornada de trabalho, baixos salários, aumento do desemprego estrutural impulsionado pelo incremento e avanço da tecnologia no processo produtivo e o trabalho polivalente (Antunes, 1999).

O neoliberalismo, como racionalidade desta reorganização do capital propugna a diminuição das funções do Estado, a privatização de empresas públicas e das políticas sociais, a mercantilização dos direitos sociais; e os recursos financeiros dos Estados que deveriam ser investidos em políticas sociais são destinados ao pagamento da dívida pública, característica da atual fase do capitalismo financeiro.

Tal cenário de corrosão da proteção social e trabalhista, conjugado com a destruição da natureza é intensificado após a crise do capital de 2008, período de avanço das tecnologias de informação e comunicação – TICs, da intensificação da jornada de trabalho, informalidade, subcontratação, desemprego, ampliação da precarização dos trabalhadores, redução do trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vivo pelas ferramentas automatizadas e robotizadas tanto no espaço da produção quanto em outras áreas (Antunes, 2018).

Ressalta-se, ainda, que o Brasil com sua formação social, econômica e política marcado pela colonização, escravidão, é um país de capitalismo dependente e periférico, no qual a força de trabalho desde sempre foi superexplorada³. Nos anos de 1990 com adoção de políticas de cunho neoliberal no país, ocorre uma série de contrarreformas que impõem regressões quanto aos reduzidos direitos sociais e trabalhistas existentes, conquistados e expressos na Constituição Federal de 1988. Mais recentemente com o golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016 que legitimou Michel Temer (2016-2018) como presidente da república e, posteriormente, com a eleição em 2018 de Jair Bolsonaro (2019 -2023) tivemos o aprofundamento de medidas neoliberais.

Na gestão de Temer foram aprovados uma série de medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores, tais como o Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 95/2016 que ficou conhecida como PEC da Morte ou Teto dos Gastos, a qual determina o congelamento dos gastos públicos por 20 anos; a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/17 – que aprovou o trabalho intermitente, flexibilização da jornada de trabalho (podendo ser pactuada até 12h), a prevalência do acordado entre empregador e empregado sobre a legislação e a Reforma da Terceirização – Lei 13.429/2017 que expandiu a legalidade da terceirização para atividades fins. Tais reformas foram aprovadas com o discurso de que ampliaram a oferta de empregos, o que é negado pela realidade social.

No período do mandato de Bolsonaro foi dado prosseguimento às contrarreformas e a austeridade econômica, sendo uma gestão marcada pelo obscurantismo, pela pauta conservadora nos costumes, negacionista ao conhecimento científico e pela política de descaso e morte devido a condução frente a crise sanitária da covid-19. Já no primeiro ano do seu mandato foi aprovada a contrarreforma da previdência social a qual, entre outras mudanças, alterou a idade mínima e o tempo de contribuição passando a exigir 62 anos de idade e 15 anos de contribuição para as mulheres e 65 anos de idade e 20 anos de contribuição para os homens; e a pensão por morte o

³ Marini (1973) ao explicar a tese da dependência da região Latino Americana formula que a superexploração do trabalho é a maneira que a burguesia nacional encontra de compensar a troca desigual que ocorre entre nações dependentes e as dos países do capitalismo central, na qual as nações dependentes cedem parte de mais-valia nesta troca desigual ao venderem produtos abaixo do seu preço e recorrerem assim ao incremento da exploração do trabalho através da intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e diminuição do consumo de itens para conservar a força de trabalho pela classe trabalhadora.

pagamento passou a ser 50% do valor da aposentadoria acrescido de 10% para cada dependente.

Compreende-se, ainda, que com a crise sanitária da covid -19 e a emergência do isolamento social a fim de evitar o contágio pelo vírus, como nos diz Antunes (2020), a classe trabalhadora que já sofria os desmontes citados anteriormente, esteve sob *fogo cruzado*, entre o risco da contaminação e morte pelo vírus e a fome, visto que sem direitos, trabalhadores informais, desempregados, terceirizados só tem algum tipo de renda quando executam algum tipo de trabalho.

Valente e Ferreira (2021) denunciam que a covid-19 desnudou a desigualdade do capitalismo para a classe trabalhadora, pois, nesse período houve lucros exorbitantes da classe burguesa, enquanto aprofundou a desigualdade social, racial, de gênero e territorial, sendo uma tragédia para classe trabalhadora residente nas periferias, em coabitações, habitações sem infraestrutura, que tiveram que sair para trabalhar sem proteção.

Outra situação em relação ao período da pandemia da covid-19 e a necessidade do isolamento social diz respeito a inovação na gestão do trabalho que foi utilizada com mais frequência neste período, como um momento de experimentação que são as modalidades de trabalho digital e online, a exemplo do teletrabalho e home office (Antunes, 2020).

Tais mudanças na organização e gestão do trabalho e as investidas contra direitos sociais e trabalhistas refletem no trabalho profissional dos/as assistente sociais, tanto como profissionais que atuam com a demandas da classe trabalhadora cada vez mais pauperizada, assim como na sua condição de trabalhadores/as assalariados/as que também vivenciam mudanças na organização do seu trabalho e na qualidade das respostas profissionais.

4. Apontamentos sobre as condições de trabalho das/os Assistentes Sociais

A profissão de serviço social, inserida nestas relações sociais de produção social da vida material, tem sua gênese interligada às demandas das contradições sociais resultantes da relação capital x trabalho na fase monopolista do capital, requisitado pela classe burguesa para atuar junto a classe trabalhadora, no intuito de controle social e da reprodução da ideologia dominante junto à classe trabalhadora. Dessa forma, compreende-se que o serviço social é polarizado pelos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

interesses destas duas classes, e em determinado momento da sua constituição sócio-histórica faz a opção pela defesa dos direitos da classe trabalhadora⁴ (Iamamoto, 2008).

Desde o ano de 1980 com o lançamento do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, escrito por Marilda Iamamoto em parceria com Raul de Carvalho nos é apresentado a compreensão de que o Serviço Social é uma profissão configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social do trabalho. O objeto de trabalho da profissão são as expressões da *questão social*, apresentado por Iamamoto (2015, p. 156) como “conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões em tempos de capital fetiche”. Expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, concretizadas por desigualdades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais que impulsionam diversos segmentos sociais a reclamarem acesso aos direitos sociais, humanos e políticos (Iamamoto, 2015).

Dessa forma, o Serviço Social é trabalho e seus profissionais, as/os assistentes sociais, são **trabalhadores(as)** que são demandadas/contratadas principalmente pelo Estado, ou seja, são **assalariados(as)**, para atuar nas expressões da *questão social*, resultado da relação contraditória entre capital e trabalho, no qual o primeiro, como vimos, em sua busca incessante por lucros age contra a classe que vive do trabalho, usurpando seus direitos sociais e trabalhistas, apropriando valor e riqueza e compartilhando desigualdades e opressões à diversidade da classe trabalhadora que refugia-se nas políticas sociais (espaço privilegiado de atuação da profissão e resultado desta relação de tensão entre o capital e trabalho) a fim de possuírem condições de sobrevivência.

As políticas sociais também são impactadas diante de toda esta conjuntura de reestruturação do capital e sua ofensiva à classe trabalhadora, bem como da adoção do neoliberalismo observadas através da diminuição do papel interventivo do Estado e do financiamento nas políticas sociais que tanto atinge os/as trabalhadores/as que delas necessitam, principalmente os/as desempregados/as, quanto os/as profissionais que trabalham nestas políticas, que vivenciam condições de trabalho que são precárias assim como as políticas.

⁴ No Movimento de Reconceituação (1965 -1975) caracterizado pela contestação da categoria profissional quanto aos referenciais teóricos, ético-políticos e operativos influenciado pelo contexto de lutas dos anos de 1960, os profissionais passam a reivindicar teorias e métodos que permitissem a análise da formação social da América Latina, o compromisso com os oprimidos e o caráter científico à profissão. Neste período ocorre a aproximação com a teoria marxista, o que contribuiu para que a profissão se reconheça como trabalho. É um movimento de ruptura com o Serviço Social Conservador. (Iamamoto, 2019)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, considerar o Serviço Social como trabalho é reconhecer além da sua condição de assalariado:

- A de que não possui o controle sobre as condições e meios de trabalho, as quais são organizadas pelo empregador seja o Estado, empresas, organizações não-governamentais, tendo possibilidade de exercer, a depender das correlações de forças existentes nos espaços sócio-ocupacionais, sua relativa autonomia que diz respeito a direção política construída coletivamente pela categoria profissional expressa no projeto ético-político da profissão de defesa dos interesses e dos direitos da classe trabalhadora;

- As mudanças efetivadas na organização do trabalho que repercutem no trabalho da/o assistente social através de contratos temporários, contratações via terceirização, situação de desemprego, baixos salários, exposição a riscos, implicações a qualidade do exercício profissional, adoecimentos decorrentes da atividade laborativa.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (Raichelis, 2011, p. 422)

Na pesquisa realizada pelo CFESS sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil acerca da *formação, condições de trabalho e exercício profissional* de 2022 e nos dados complementares acerca da *formação, trabalho e participação sociopolítica*, de 2024 os resultados confirmam as tendências acima citadas.

Quanto à situação de desemprego, a pesquisa demonstrou que 15% dos respondentes declararam não possuírem nem vínculo de trabalho e nem renda, evidenciando que há um elevado índice de desocupação entre a categoria. A pesquisa também revelou que há a predominância de baixos salários entre os profissionais e o aumento de contratações temporárias.

56% declararam receber até R\$3.000,00 no prazo de encerramento da coleta em dezembro de 2019. O setor público, especialmente municipal, segue sendo o principal empregador, mas o ingresso por concurso público responde somente por 40%, o que revela intensificação de contratações temporárias, instáveis e realizadas por critérios privados e pouco transparentes. (CFESS, 2022, p. 132)

A pesquisa realizada por Camargo (2019) acerca das condições de trabalho de 103 profissionais em 25 instituições empregadoras de um município de médio porte do norte do

Estado de Minas Gerais reitera os resultados da pesquisa do CFESS e as novas modalidades de contratação e gerenciamento do trabalho.

Identificamos que além de os profissionais estarem subordinados a níveis salariais baixíssimos, quase equivalentes a um salário-mínimo, marcaram presença os contratos temporários, as subcontratações (realizadas pelo mesmo empregador), jornadas duplas e intensas, assim como a tendência à terceirização do trabalho nas UPAs (Unidades de Pronto- -Atendimento), ao *home office* no INSS ou ao trabalho por metas, dentre outros. Processos que se efetivam em instalações físicas extremamente precárias, insalubres, despidas de condições mínimas de dignidade humana para a realização do trabalho (e até a ausência de espaços físicos para realização dele), sem telefone, dentre outros insumos e equipamentos. (Camargo, 2019, p. 496)

Pode-se observar que além dos baixos salários e das novas formas de gestão de trabalho, a pesquisa de Camargo (2019) aponta sobre a ausência das condições de trabalho que se apresentam sem mínimas condições físicas e de equipamentos. Nos diversos espaços sócio-ocupacionais isto pode ser observado na ausência de salas de trabalho adequadas com mobiliário, de salas de atendimento ao cidadão que resguarde o sigilo profissional, salas/ espaços para atendimento coletivo; nos precários ou inexistentes equipamentos de computador, impressora, telefone, veículo institucional para visitas domiciliares e/ou institucionais.

Camargo (2019) também informa da incidência cada vez mais frequente do trabalho por metas, produtividade, o distanciamento do assistente social dos cidadãos usuários das políticas sociais através de novas modalidades de gestão do trabalho a exemplo do *home office*, teletrabalho, ou pelo uso dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação - TICs.

O *home office* e o teletrabalho⁵ tiveram impulso em sua utilização com a necessidade de distanciamento social imposto pela crise sanitária da covid-19 e persistiram em alguns espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, a exemplo do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS que adota a modalidade de teletrabalho e trabalho semipresencial antes mesmo da pandemia o que ocasiona o afastamento do trabalho do profissional com a população, bem como não leva em consideração a desigualdade no acesso e o conhecimento e/ou manuseio de ferramentas de tecnologias pelos cidadãos, trabalhadores que precisam dos serviços, auxílios da política.

⁵ Antunes (2020) explica-nos que o teletrabalho a empresa não controla o tempo de trabalho e custeia despesas para a realização desta como a internet, enquanto o *home office* é sazonal e a carga horária deve ser cumprida igual ao realizado no local de trabalho.

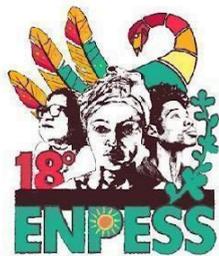
O projeto de modernização do INSS, iniciado desde os anos 2000, é aprofundado de forma acelerada a partir de 2016, com a digitalização de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais e a redução do atendimento nas Agências de Previdência Social (APS). Em 2019, ocorreu a transformação digital, com a incorporação da plataforma *MEU INSS*, que eliminou a maioria dos atendimentos que eram acessados de forma presencial. Nesse mesmo ano, foram inseridas “novas” modalidades de trabalho no INSS: teletrabalho e trabalho semipresencial. (FENAPS, 2024, p. 10)

Algumas pesquisas atinentes ao trabalho profissional do/a assistentes social como Valentim e Paz (2022); Santos (2019) demonstram também a rotinização e burocratização do trabalho através da implantação do trabalho por metas e produtividade que são viabilizadas através do uso dos sistemas de informação e TICs.

Valetim e Paz (2022) explicam que a utilização das TICs no trabalho profissional ocorre de forma heterogênea e desigual nas diversas políticas e espaços sócio-ocupacionais, dizem que há desde espaços sem infraestrutura que não dispõem de computador com acesso à internet, telefone e celular institucional, nos quais os profissionais utilizam os seus próprios equipamentos, como espaços que contam com sistemas eletrônicos sofisticados. Citam que as TICs no período pandêmico foram utilizadas como maneira de dar continuidade aos atendimentos nos serviços públicos, mas desempenharam uma função contraditória, ao mesmo tempo que garantiram o distanciamento necessário naquele momento, potencializaram as tendências de precarização do trabalho com o aumento da produtividade e do tecnicismo.

Santos (2019) argumenta que os sistemas de informação caracterizam-se como instrumentos que conduzem o/a profissional à prática produtivista, mensurando a sua capacidade laborativa e levando sua adaptação a níveis cada vez maiores de exploração, pois, possibilita realizar mais tarefas e em intensidades cada vez maiores, bem como ressalta que são ferramentas que colaboram com o trabalho, sendo uma riqueza socialmente produzida pelas forças produtivas, e que o problema consiste na sua apropriação pela racionalidade burguesa, e desta forma, nas políticas sociais são organizadas de forma a exercer controle e as metas institucionais e não para potencializar o trabalho dos/as assistentes sociais.

As metas e a produtividade, expressas na quantidade de atendimentos, visitas, relatórios, laudos realizados pelos profissionais no mês são instituídos pela instituição e vem restringindo a qualidade do trabalho profissional, a capacidade teórico-metodológica, ético-política do profissional, em realizar análise da totalidade da expressão da realidade e de construir respostas consonantes ao projeto ético político da profissão o que é reforçado pela precarização do ensino e da formação profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Este enrijecimento do trabalho profissional em detrimento da qualidade e da relativa autonomia do trabalho profissional, assim como pelo contato com diversas situações das expressões da questão social como a opressão de gênero, raça e sexual, a violência, pobreza; as condições de trabalho e a focalização e seletividade das políticas sociais que não atende a universalidade das demandas da população tem ocasionado sentimentos de frustração, angústia entre os profissionais e de adoecimento.

Nesse sentido, os dados complementares da pesquisa sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil do CFESS (2024) revelam que do total dos respondentes, 2.833, 30% responderam que já tinham adoecido em virtude das condições e relações de trabalho.

Espaços de trabalho insalubres foram o motivo mais citado (18,45%) pelas/os respondentes. Junto com dificuldade de acesso a recursos (9,5%) e redução de recursos materiais e humanos (5,13%), respondem por 33,08% dos fatores, todos ligados às condições de trabalho. A ausência de reconhecimento institucional de valorização do trabalho foi o segundo fator mais citado (13,62%). Somado aos demais fatores referentes às relações de trabalho, totalizam 60,35% dos motivos de adoecimento, assim discriminados: atividades rotineiras e repetitivas (1,86%), ausência de diálogo e colaboração (10,79%), assédio moral (9,80%), situações penosas (8,46%), e inviabilidade na execução do trabalho (1,31%). Outros fatores aparecem com 6,50%. Esses elementos, agregados aos baixos salários, são fortes desmotivadores da atuação na profissão e corroboram as insatisfações, queixas e desestímulo profissional. (CFESS, 2024, p. 78)

Compreendemos que para tensionar esta realidade que atinge o trabalho profissional é importante reafirmarmos o projeto ético-político e a qualidade da formação profissional normatizados na lei de regulamentação da profissão Lei 8.662/93, no código de ética e nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que são fundamentadas na tradição marxista, na racionalidade crítico-dialética, bem como investir na luta coletiva de toda a classe trabalhadora. São desafios enormes que são enfrentados por profissionais, estudantes, pesquisadores e docentes diariamente nos espaços profissionais e de formação e nas entidades profissionais: Conselho Federal do Serviço Social e da ABEPSS, e do Executivo Nacional de Estudantes de Serviço Social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou apresentar uma reflexão teórico crítica sobre as condições de trabalho das/os assistentes sociais. Assim, buscou-se refletir acerca da relação entre a crise estrutural do capital que emergiu em meados de 1970 e as respostas do sistema para recuperar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

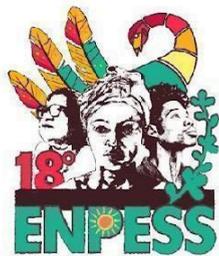
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seu ciclo produtivo e reprodutivo, as quais alicerçaram-se na reestruturação produtiva, nos avanços tecnológicos, no neoliberalismo e na financeirização da economia, e resultaram no avanço destrutivo da natureza, na degradação das condições de vida da população e na precarização do trabalho. Parte-se do princípio de que o trabalho na sociedade capitalista, no seu atual estágio de capitalismo financeiro, acentua a alienação, precarização da força de trabalho e sua superexploração para produção de valor e riqueza que não são usufruídos pelo conjunto da humanidade.

Registra-se, ainda, que o Brasil em sua condição de país capitalista dependente está refém da lógica da captura dos fundos públicos em detrimento do financiamento das políticas sociais e onde nos últimos anos vem ocorrendo retrocessos quanto à proteção do trabalho e à previdência social. Assiste-se, assim, a uma tragédia para a classe trabalhadora que foi agudizada com a crise sanitária da covid-19, ou seja, uma retroalimentação entre crise do capital e crise sanitária.

Por fim, a partir dos resultados de pesquisas realizadas, verifica-se que o trabalho de assistentes sociais também é marcado por novas formas de trabalho e de precarização das suas condições, no qual as/os profissionais vivenciam situações de desemprego, contratos de trabalho temporários, terceirizados, a ausência de recursos satisfatórios para a realização do trabalho; a gestão do trabalho marcada pela superexploração através do uso cada vez mais intenso, em alguns espaços sócio-ocupacionais, de sistemas de informação e tecnologias da informação e comunicação que reduz o tempo de trabalho e intensifica as atividades realizadas em menor tempo, economizando na contratação de mais profissionais e exigindo-se a polivalência dos que estão atuando, os quais não possuem tempo e nem condições básicas para contrapor as atividades institucionais, no direcionamento do projeto ético-político. São trabalhos rotineiros, burocráticos que buscam distanciar o profissional do trabalho direto com a população e reduzir o potencial que existe nas atividades com a coletividade, em possibilitar a organização, politização para enfrentar e exigir a ampliação de seus direitos. Além disto, vimos que estas características têm ocasionado situações de insatisfação, desmotivação, adoecimento entre os profissionais.

Apesar desta conjuntura desfavorável compreendemos que há também movimento de resistência realizada pelo conjunto da categoria que realiza a defesa da profissão, a importância e defesa da formação profissional com qualidade e assentada na racionalidade crítica dialética, a atuação na defesa dos interesses da classe trabalhadora em espaços de participação e formulação de políticas sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial. 3ª Ed., 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2020.

BRASIL. Site do INSS, 2019. **Confira as principais mudanças da nova previdência**. Disponível em:
<https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CAMARGO, M. A.B. C. A. **Relações e Condições de Trabalho do Assistente Social na Atualidade: a proletarianização da profissão**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 142, p. 488 – 50, set/dez. 2021

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. In: GOMES, Helder (org.). *Especulações e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: 13 ago. 2024

CFESS. **Dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, trabalho e participação sociopolítica**. Brasília: CFESS, 2024. Disponível em:
<https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>
Acesso em: 13 ago. 2024

FENAPS. **A assim chamada modernização do INSS: a arcaização do trabalho e os rebatimentos na saúde dos(as) servidores(as) do instituto**. Brasília – DF: abril, 2024. Disponível em:
<https://jornalggn.com.br/wp-content/uploads/2024/07/Pesquisa-Saude-Servidor-INSS.pdf> Acesso em: 13 ago. 2024

IAMAMOTO, M.V. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.V **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2015

IANNI, Octávio. **A Construção da Categoria**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917> Acesso em: 20 ago. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX; Karl. **Trabalho Alienado e superação positiva da auto-alienação humana**. In: FERNANDES, Florestan. Marx e Engels. História. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1989

MARX; Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderie. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2023

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital. Das Crises Cíclicas à Crise Estrutural** (p. 795 a 860). São Paulo: Boitempo, 2002

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações dos seus direitos**. Serviço Social e Sociedade, n. 107, p.420 – 437, jul./set., 2011

SANTANA, Joana Valente; FERREIRA; Benedito de Jesus Pinheiro. **Crise do capital e impacto da Covid-19 na vida dos trabalhadores: desigualdades socioterritoriais na periferia e em regiões do Brasil**. O Social em Questão (online), v. 1, p. 123-148, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51117/51117.PDF> Acesso em: 30 jul. 2024.

SANTOS, F. **Sistemas de informação e suas implicações no exercício profissional de assistentes sociais no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília, 2019. p. 1-13. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/220/215> Acesso em: 03 jul. 2024

VALETIM, E. C. R; PAZ, F. R.A. **Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da covid-19**. Revista Katálysis, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 114-124, jan./abr. 2022